

Políticas educacionais e a formação de professores em tempos de globalização

Jefferson Carriello do Carmo

Professor-pesquisador da Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande-MS. Mestre e Doutor em Educação, Pós-Doutor em História Social do Trabalho - UNICAMP. E-mail: jeffcc@uol.com.br

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). **Políticas educacionais e a formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro/Editora UCDB, 2008. 274 p.

Os dez ensaios reunidos nesse livro estão divididos em duas partes. A primeira, *POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR TRANSNACIONAL* reúne os cinco primeiros capítulos. A composição dessa primeira parte conta com professores experientes nessa discussão. Marta Cecília Herra discute *Tensiones en torno a la formación de profesores: algunas experiencias internacionales* no contexto do fortalecimento do capitalismo industrial. O texto de Margarita Victoria Rodríguez e Marilda Bonini Vargas, *A formação dos professores na América latina: um balanço dos debates nos fóruns internacionais 1966-2002*, analisa as políticas de formação docente e afirma que essas políticas ganharam espaço nos países da América Latina, a partir dos anos de 1990. O texto de Jason Beech, *Alta fidelidad: la influencia de las agencias internacionales em las reformas de formación docente em Argentina y Brasil em los 90*, destaca as influências destas

agências nas reformas educacionais nos dois países em questão. Susana Vior e María Rosa Misuraca, no texto *Formación de profesores para la enseñanza media: políticas públicas em la Argentina del siglo XX*, analisam a formação de professores pela perspectiva histórica, no final do século XX até 1950, destacando três tipos de instituições: faculdades universitárias, escolas normais de professores e institutos superiores de professorado secundário. Acentuam que nessas instituições há diferentes concepções político-pedagógicas de formação docente que se manifestam de forma distinta nos momentos históricos em análise.

A segunda parte, *POLÍTICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: PARA ALÉM DO DISCURSO DO ESTADO LIBERAL*, contém também cinco capítulos escritos por pesquisadores que há tempos fazem essas discussões, sejam elas do ponto de vista teórico, como empírico. O primeiro, *Instituição escolar e trabalho docente*, por João dos Reis Silva Júnior reto-

ma uma discussão, já feita em outras ocasiões, sobre as transformações das instituições escolares “republicanas” no âmbito das reformas de origem estatal e das novas formas de produção capitalista, em curso no Brasil a partir de 1980. Já em *Política econômica, finanças públicas e as políticas para educação superior: de FHC (1995 – 2002) a LULA (2003 – 2006)* escrito por Cristina Helena Almeida de Carvalho, a autora procura compreender a lógica da política pública de Educação Superior nos governos em questão e como esse nível educacional está articulado com uma nova política fiscal e monetária, a partir de 1995. O texto *A desconstrução das narrativas curriculares excludentes: um desafio para a formação de professores*, escrito por José Licínio Backes e Ruth Pavan, analisa, por via de algumas narrativas curriculares, a articulação dessas narrativas ao processo de exclusão e da produção de identidades. Tal preocupação vai além da revisão bibliográfica sobre o tema e articula também a pesquisa empírica. O texto de Mariluce Bittar *Exigências da política de avaliação na pós-graduação* tem como objetivo verificar as exigências postas pela política de avaliação na pós-graduação em educação quanto à docência universitária, principalmente para os professores vinculados aos programas de pós-graduação. Por fim, o texto de Maria de Lurdes Pinto de Almeida, *Posfácio – Mundialização, liberalismo e educação superior no terceiro milênio: formação de professores para além do mercado*, centra-se na educação superior e no modo como esse nível educacional está inserido nas

novas formas de produção capitalista e pelo Estado liberal determinado por uma economia de mercado.

Ambas as partes não constituem apenas uma exposição sobre os temas sugeridos, mas trazem à tona problemas vitais pertinentes às redefinições das políticas de formação de professor num contexto em que as mudanças históricas estão presentes, lançando luzes para novas interpretações e debates sobre o tema. Tais temas são abordados sob a mediação das [...] “mudanças suscitadas em decorrência da reestruturação econômica e da globalização e suas conseqüências no campo educacional, com vistas ao debate em relação à formação inicial e continuada dos educadores no contexto internacional e brasileiro focando o processo de mundialização da economia e a educação como objetivação e produto do modo de produção capitalista” (ALMEIDA; RODRÍGUEZ, 2008, p. 9.)

Os textos reunidos nesse livro convergem das diferentes experiências pessoais, enfoques teóricos e opções temáticas dos autores que procuram tratar de forma articulada numa mesma totalidade de pensamento a formação de professores no contexto Latino Americano. A reconstituição dos nexos entre os vários capítulos tem como ponto de partida o final do século XX e o limiar do século XXI, marcados, no âmbito educacional, por reformas baseadas nas transformações políticas, econômicas e sociais e suas contradições. Nesse sentido, as discussões contribuem para a análise da redefinição do papel do Estado e das políticas de formação de professores

examinando aspectos como a profissionalização do trabalho docente, as instituições formadoras, formação inicial e continuada, currículo e cultura, políticas públicas e inclusão, políticas da educação superior, entre outras.

O leitor atento perceberá que os temas propostos, nas duas partes, são de inteiro domínio dos autores, fato que é demonstrado ao fazerem o recorte dos objetos e as análises relacionadas ao contexto que propõem discutir: *formação de professores em tempos de globalização*.

De forma geral os textos centram-se em dois eixos que se complementam por duas análises. A primeira tem como foco as políticas de formação do trabalho docente movida em torno de uma profunda contradição entre a consolidação da tendência mundial da democratização da educação e a garantia do acesso a todos os membros da sociedade e pelo imperativo do desenvolvimento econômico e das novas exigências oriundas das transformações na esfera do trabalho. A segunda passa pelo não alcance das metas postas pelos recortes fiscais nos gastos públicos, em particular, a educação e as políticas de formação docente. Mostram, também, que está ocorrendo o que se denomina “crise de sentido” característica da sociedade contemporânea que se manifesta na ausência de projetos e utopias. Essa lacuna está posta no exercício hegemônico e na lógica pragmática do mercado, o qual introduz nas políticas educativas modificações sob as metas econômicas impostas pelos organismos financeiros internacionais.

Tais temas são discutidos em dois planos teórico-metodológicos: o histórico e o empírico. No primeiro, os autores recorrem aos discursos da UNESCO e da OIT, historicamente produzidos e norteados pelas questões políticas e econômicas sobre a formação e as melhores condições de trabalho dos professores. A exemplo disso, a análise histórica feita por Rodrigues e Vargas (p. 37-56) sobre a *Formação dos professores na América Latina: um balanço dos debates nos fóruns internacionais 1966-2002* centra-se nos fóruns internacionais e a consolidação dos direitos humanos sobre a formação docente recomendada ao longo do período de 1960-2002, e é pautada pela discussão do processo histórico e das lutas ideológicas em torno do debate sobre os direitos humanos nas décadas de 1960-1970 e a produção de documentos que destacam o trabalho e a formação docente como direito social. Ainda do ponto de vista histórico, os textos fazem a discussão da *valorização do papel social dos docentes nos fóruns internacionais no contexto das reformas educacionais* e apresentam o debate centrado no direito à educação diante do processo de reformas educativas e das lutas pela qualidade e equidade social da educação durante a década de 1990, além de mostrar como os professores participaram na elaboração desses documentos. As autoras verificam que, nos anos oitenta do século vinte, os documentos elaborados nos fóruns indicam de forma explícita as responsabilidades do Estado quanto à formação docente, mediante o apoio econômico aos estu-

dantes, além de prever um sistema gratuito de formação. Nos documentos da década de noventa do mesmo século, o destaque recai na contratação, carreira profissional, participação dos professores na tomada de decisões, formação docente e na situação das mulheres. Nos documentos produzidos no final do século XX e início do século XXI, a centralidade da discussão é a formação docente como um empreendimento individual e a necessidade do credenciamento do conhecimento por meio de certificados. Quanto ao trabalho docente, os autores verificaram nos discursos e documentos a falta de definição de políticas educacionais concretas, tanto no que diz respeito ao processo de formação inicial e continuada dos professores, quanto nas condições de trabalho e ensino.

Do ponto de vista histórico e político, ocorrem análises das propostas da UNESCO, do Banco Mundial e da OCDE quanto à formação de professores entre os anos de 1985 a 1995. A exemplo disso, a análise feita por Beech (p. 57-83) acentua que esses organismos elaboram e apresentam soluções educativas globais, do ponto de vista da formação docente e curricular, aplicáveis a todos (ou ao menos na grande maioria) do contexto social, econômico e político de forma geral, o que inviabiliza a possibilidade de pensar soluções específicas para os problemas educativos locais. Discute-se a *apropriação fiel do discurso das agências internacionais na Argentina e no Brasil*, sugerindo que ambos os países implementaram, nos anos 1990, as suas reformas do sistema educa-

tivo com a finalidade de se adaptarem ao sistema da globalização e à era da informatização. Isso resultou, para o Brasil, numa enorme quantidade de regulações e projetos de programas voltados a responder à lógica do mercado.

De forma geral, os autores analisam o papel do *docente e o seu futuro sob a ótica das reformas acentuando a “inadequada” formação do docente, com vistas, ao seu *Sitz im Leben*. Essa inferência aponta para um novo sentido para a formação docente que assegure novos significados: “identidade pedagógica”, “saberes pedagógicos” e “controle curricular” entendido na ótica de um processo permanente no qual os docentes possam seguir sempre “constantes avanços de conhecimento”. Asseguram, ainda, que as agências internacionais imprimem um deslocamento das políticas educativas de formação docente de possíveis soluções de problemas específicos ligados ao trabalho docente.*

No marco empírico, os textos são construídos com base na reflexão acerca de dados coletados em pesquisas de campo, por meio de perguntas e respostas que marcam o professor e a sua formação como sujeitos possuidores de uma riqueza de significados tanto em sua prática quanto em sua formação. Na perspectiva empírico-metodológica, a obra está pautada na concepção dialética de análise da formação dos professores fundamentada em uma visão crítica das concepções que presidem as políticas educacionais de formação, de avaliação na pós-graduação e de docência universitária, analisando as contradições

presentes nessas políticas públicas e nos organismos internacionais.

Por fim, o texto traz uma relevante contribuição acerca do tema tanto pelo enfoque crítico e pela abordagem que se reporta à especificidade e às particularidades da totalidade histórica como também pela forma de exposição.

O livro trata de temas complexos e controversos de forma clara e direta, estimulando o debate sobre as políticas de formação de professores, seja no âmbito do ensino médio, seja no superior. O texto está aliado à busca permanente de qualificar o debate teórico e a pesquisa e, ao mesmo tempo, inserir-se no terreno contraditório das políticas educacionais de forma-

ção de professores numa perspectiva contra-hegemônica ao pensamento neoliberal.

A obra é de interesse amplo para os diferentes públicos, mas, de forma mais imediata, atende às necessidades dos profissionais que atuam na formulação e implementação de políticas educacionais de formação de professores. Não menos importante, quando visto pelo aspecto teórico, metodológico e político, é uma leitura para pesquisadores e estudantes de mestrado, doutorado e de graduação em educação. Sua leitura pode estimular novas pesquisas, temas para teses, dissertações e monografias de fim de curso e, certamente, qualificará o debate sobre o tema proposto.

